

# O Turismo Religioso no Noroeste de Portugal: as atividades económicas dos principais santuários na sua relação com o território envolvente

JOÃO LUÍS FIGUEIREDO DA SILVA \* [joluisfi@hotmail.com]

**Resumo** | O sector do turismo em geral, e em particular as novas formas de fazer e pensar o turismo, a partir das quais se aproveitam os recursos culturais e naturais de maneira a contribuir para o desenvolvimento do território, destacando-se neste caso o turismo religioso, têm sido nos últimos anos alvo da atenção de diversos de agentes económicos, políticos e científicos. O Noroeste de Portugal, pela existência de um forte conjunto de estruturas e tradições de ordem religiosa, afirma-se como uma região onde o turismo religioso poderá contribuir para alcançar esse objetivo.

Este trabalho de investigação pretende compreender a importância do turismo religioso no contexto das múltiplas relações existentes nos principais santuários do Noroeste de Portugal, permitindo assim oferecer um contributo para uma melhor compreensão das dinâmicas que se verificam na relação dos santuários com o território, tendo como base as diferentes atividades que se desenrolam nos, e a partir dos, santuários.

Depois de selecionados os principais santuários, foi aplicado um inquérito por questionário aos agentes económicos que atuam no espaço dos santuários, assim como entrevistas aos diversos agentes institucionais. A informação recolhida permitiu obter um conjunto de informação detalhada sobre cada santuário, destacando-se o conhecimento acerca das características das atividades económicas existentes, o conhecimento sobre as formas de gestão e organização, assim como sobre as relações institucionais entre os diferentes agentes económicos, políticos e religiosos.

Como resultado da análise efetuada, ficam evidenciadas as características das atividades económicas, as quais representam um impacto socioeconómico reduzido nas populações locais, tanto ao nível da criação de emprego e dinamização dos produtos locais, como no fortalecimento da economia local e regional, sobressaindo também a reduzida articulação entre os diversos agentes que intervêm nos santuários, não sendo clara a existência de uma estratégia conjunta que possa potenciar os recursos existentes em prol de uma estratégia de desenvolvimento para o território envolvente.

**Palavras-chave** | turismo religioso, santuários, desenvolvimento, território.

**Abstract** | The tourism sector in general and in particular new ways of doing and thinking tourism, from which to enjoy the cultural and natural resources in order to contribute to the development of the territory, especially in this case the religious tourism, in recent years have been the focus of attention of several of economic, political and scientific.

---

\* **Doutorado em Geografia** na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, **Licenciado em Geografia** pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

The Northwest of Portugal, the existence of a strong set of structures and traditions of religious order asserts itself as a region where religious tourism can contribute to achieving this goal.

This research aims to understand the importance of religious tourism in the context of multiple relationships in the main sanctuaries of Northwest Portugal, thus providing a contribution to a better understanding of the dynamics that occur in respect of the shrines with the territory, based on characteristics of the different activities taking place at, and from, shrines. Once selected the main shrines, was applied a questionnaire to economic agents that operate within the sanctuaries, as well as interviews with various institutional actors. The information gathered allowed us to obtain a set of detailed information about each shrine, especially the knowledge about the characteristics of existing economic activities, knowledge about the forms of management and organization, as well as on the institutional relationships between the various economic, political and religious.

As a result of the analysis made, are clearly evidenced the characteristics of economic activities, which represent a low socio-economic impact on local populations, both in terms of job creation and promotion of local products, such as the strengthening of local and regional economy, highlighting also the reduced coordination between the various actors involved in the sanctuaries, it is not clear that there is a joint strategy that can maximize existing resources in support of a development strategy for the surrounding territory.

**Keywords** | religious tourism, shrines, development, territory.

## 1. Introdução

Para além do santuário de Fátima, existem em Portugal centenas de santuários, os quais apresentam um conjunto de características que em muitos casos assumem dimensões que estão para além das questões da religiosidade, tal como as dimensões económica e o lazer.

Esta investigação, baseada nas atividades desenvolvidas nos santuários, pretende compreender as dinâmicas que se verificam na relação dos santuários com o território, tendo o turismo religioso como pano de fundo. Esta última questão surge pelo reconhecimento do papel da atividade turística no desenvolvimento do território, o qual tem merecido grande atenção por parte dos investigadores, até pela emergência de novas formas de fazer e pensar o turismo, a partir das quais se aproveitam os recursos culturais e naturais de maneira a contribuir para o desenvolvimento do território.

O território económico terá em consideração as atividades económicas, no sentido de entender o alcance e o impacte socioeconómico dos santuários,

de explicar o peso e a importância das ações concertadas entre as estruturas de gestão e as atividades económicas, e por fim compreender as estratégias de gestão, visando encontrar novas linhas que permitam aos agentes intervenientes, se for o caso, a redefinição de estratégias e a potencialização dos santuários face à contínua alteração dos paradigmas comerciais, turísticos e espirituais.

## 2. Efeitos e repercussões do turismo

Para além de Cunha (1997) ou Batista (1990), outros autores como Figuerola (1985), Vera (1997), Pardellas e Padin (2004) ou Vareiro (2007), defendem que o turismo é uma das atividades que melhor pode aproveitar os recursos de uma região, tornando-se assim um importante fator de desenvolvimento local.

O turismo, segundo Cunha (1997), pode apresentar-se assim como um importante fator de desenvolvimento regional, sendo uma das atividades

na qual as populações dos territórios economicamente desfavorecidos depositam mais esperanças, no sentido de oferecer um contributo para esse desenvolvimento.

De acordo com Padin (2004), dado o atual desenvolvimento e diversificação de novos produtos e segmentos turísticos, o impacto real da atividade turística no desenvolvimento local ou regional será tanto maior quanto mais esta atividade se integrar na organização global do sistema produtivo. Desta forma, o desenvolvimento da atividade turística não deve estar constituído como uma prática isolada, individual ou autónoma.

Numa perspetiva diferente, Goded (1998), considera que na maior parte das vezes o desenvolvimento da atividade turística levou ao aparecimento de locais turísticos que não apresentam dinâmicas económicas com as regiões envolventes e mais especificamente com a economia local, a qual não beneficia assim de qualquer efeito multiplicador que advenha da atividade turística.

De acordo com Vareiro (2007), é necessário um grande esforço por parte das diferentes regiões na criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, de forma a potenciar o turismo como um instrumento de desenvolvimento. Estas ações deverão constituir-se através da realização de parcerias estratégicas de atuação e o investimento no equilíbrio ambiental e na valorização do património cultural.

### 3. A questão do turismo religioso

Utilizado de forma recorrente tanto por académicos como por entidades ligadas ao turismo ou à igreja, o termo turismo religioso tem vindo, de modo crescente, a entrar no léxico comum como sendo um fenómeno que concilia a religião com a atividade turística, não se verificando diferenças na utilização

do termo para as deslocações motivadas unicamente por motivos religiosos e aquelas que o não são em exclusivo.

Autores como Guimont (1997) associaram o turismo a deslocações com uma motivação religiosa, que não a única, abrindo assim espaço para uma interpretação de sentido lato. Por sua vez, Vukonić (1996), defende a existência de duas conceções: uma relacionada com a interpretação secular, segundo a qual a atividade turística é resultante das movimentações religiosas e outra que vincula uma interpretação religiosa que separa o turismo da peregrinação, recusando que a peregrinação possa ter qualquer outra motivação que não a meramente religiosa. O autor considera ainda que o conceito de turismo religioso engloba as várias atividades turísticas que apresentam características religiosas, sejam peregrinações ou visitas a lugares religiosos.

Jackowski (2000) é da opinião que não devem ser classificadas como turismo religioso as viagens que, apesar de terem por base motivações religiosas e cognitivas, não tenham a deslocação a um local sagrado como destino principal do seu itinerário. O autor também é da opinião que não devem ser classificadas como turismo religioso as viagens a centros de oração que não tenham como principal motivação os aspetos religiosos ou espirituais. Desta forma o autor enfatiza a ideia que para ser considerada como turismo religioso, uma viagem deverá ter subjacente como objetivo principal a religiosidade ou a espiritualidade.

Santos (2004) aponta a motivação como o elemento fundamental na distinção do turismo religioso face a outras formas de turismo, pelo que considera como turismo religioso qualquer deslocação a um lugar religioso, ainda que o principal motivo não seja a devoção. A autora faz também a distinção de excursionismo religioso pela duração de apenas um dia que este apresenta relativamente ao turismo religioso.

#### 4. Metodologia adotada na escolha dos santuários principais

O levantamento dos santuários do Noroeste de Portugal, teve como referência principal os critérios adotados por Nolan e Nolan (1989 e 1992a, b) no sentido de diferenciar os santuários, distinguindo-os segundo o maior ou menor poder de atração turística, a ocorrência de peregrinações festivas sazonais e a combinação entre o valor artístico /patrimonial, as peregrinações festivas e o culto. Tomando como referência o levantamento realizado pelos autores supracitados, existem em Portugal trezentos e vinte e um santuários cristãos, dos quais cento e sessenta e oito consagram a sua devoção a Maria, cento e vinte e quatro cuja devoção é devida aos santos, e vinte e nove consagrados a Jesus Cristo.

De um universo de oitenta santuários existentes no Norte de Portugal, o Noroeste contribui com cerca de metade desse número, tendo sido considerados apenas aqueles que obedecem a pelo menos um dos critérios acima definidos pelos autores supracitados para a categoria de santuário.

Após o levantamento e análise dos santuários do Noroeste de Portugal aplicou-se um conjunto de critérios no sentido de obter uma amostra representativa do objeto de estudo.

Os critérios adotados para a seleção dos santuários principais foram os seguintes:

- a) manter uma afluência significativa de visitantes durante todo o ano;
- b) pertencer a estruturas organizadas de promoção e dinamização turística;
- c) possuir património arquitetónico ou paisagístico de interesse regional ou nacional;
- d) disponibilizar serviços religiosos regulares durante todo o ano;
- e) ser objeto de peregrinação;
- f) dispor de quantidade e diversidade de serviços complementares de cariz não religioso: alojamento, restauração, comércio e lazer.

Da análise do Quadro 1 constatou-se que apenas sete santuários mantêm uma afluência de visitantes que vai para além das épocas festivas; doze pertencem a uma estrutura organizada de promoção e divulgação do turismo religioso; onze apresentam um valor patrimonial de interesse regional ou nacional; dezasseis disponibilizam serviços religiosos regulares durante todo o ano, conquanto que na maioria seja apenas ao fim de semana. A esmagadora maioria é objeto de peregrinação, ainda que apenas por ocasião das festividades religiosas. Apenas quatro santuários evidenciam uma quantidade e diversidade significativa de serviços de cariz não religioso durante todo o ano. A maioria dos santuários oferece um conjunto muito reduzido de serviços de cariz não religioso aos visitantes, que geralmente não ultrapassa a disponibilidade de entrada nos edifícios, um pequeno espaço de venda de bens com carácter religioso, ou um espaço envolvente cuidado, onde é possível realizar algumas atividades de lazer ao ar livre.

Dos santuários referenciados, somente em quatro se verifica o cumprimento da totalidade dos requisitos, correspondendo àqueles que constituem o objeto de estudo:

- Santuário do Bom Jesus do Monte – Concelho de Braga
- Santuário de S. Bento da Porta Aberta – Concelho de Terras de Bouro
- Santuário de Nossa Senhora do Sameiro – Concelho de Braga
- Santuário de Nossa Senhora do Carmo da Penha – Concelho de Guimarães

Nos quatro santuários selecionados, encontramos um conjunto de atividades económicas que contribuem para a dinamização destes espaços, oferecendo aos visitantes um fator de atração acrescido. De forma a recolher informações acerca das suas características económicas, sociais e estratégicas, foi aplicado um inquérito por questionário a todos os agentes económicos, assim como entrevistas semies-

**Quadro 1** | Os santuários do Noroeste de Portugal segundo os critérios definidos para esta investigação

	Critérios					
	a)	b)	c)	d)	e)	f)
Nossa Senhora da Abadia – Amares		✓	✓		✓	
Nossa Senhora da Peneda – Arcos de Valdevez	✓		✓	✓	✓	✓
Nossa Senhora do Rosário do Monte da Franqueira – Barcelos		✓		✓	✓	
Nossa Senhora da Aparecida – Barcelos			✓	✓	✓	
Nossa Senhora do Socorro – Barcelos					✓	
Nossa Senhora do Sameiro – Braga	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Bom Jesus do Monte – Braga	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Santa Marta das Cortiças ou do Alto – Braga					✓	
Santa Marta do Leão – Braga					✓	
Nossa Senhora do Carmo – Famalicão		✓		✓	✓	✓
Santa Quitéria – Felgueiras						
Santuário da Nossa Senhora da Penha – Guimarães	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Nossa Senhora do Monte – Guimarães					✓	
Nossa Senhora dos Remédios – Guimarães					✓	
Nossa Senhora da Lapinha – Guimarães					✓	
Menino Jesus de Praga – Marco de Canaveses	✓		✓	✓	✓	✓
Nossa Senhora da Graça – Mondim de Basto	✓			✓	✓	
Nossa Senhora do Porto de Ave – Póvoa de Lanhoso		✓			✓	
Nossa Senhora do Pilar – Póvoa de Lanhoso		✓			✓	
Nossa Senhora da Saúde – Póvoa do Varzim					✓	
Nossa Senhora da Assunção – Santo Tirso	✓		✓	✓	✓	
São Bento da Porta Aberta – Terras de Bouro	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Santa Marta do Bouro – Terras de Bouro					✓	
Nossa Senhora do Livramento – Terras de Bouro		✓			✓	
Bom Jesus das Mós – Terras de Bouro					✓	
São Bento das Pêras – Vizela					✓	
Schoensatatt – Vila Verde				✓		
Schoensatatt – Vila do Conde				✓		
Nossa Senhora do Alívio – Vila Verde	✓	✓	✓	✓	✓	
Bom Despacho – Vila Verde		✓			✓	
Sagrado Coração de Jesus de Santa Luzia – Viana do Castelo	✓		✓	✓	✓	
Nossa Senhora da Agonia – Viana do Castelo				✓	✓	

Fonte: elaboração própria.

truturadas aos agentes institucionais intervenientes nos santuários. A sua aplicação teve como objetivo conhecer e avaliar essas características de modo a compreender a sua relação com o santuário e com o território envolvente.

## 5. Os santuários: caracterização geral

Situados no Distrito de Braga, os quatro santuários em estudo – S. Bento da Porta Aberta, Nossa Senhora do Carmo da Penha, Bom Jesus de Braga e Nossa Senhora do Sameiro - apresentam em comum o facto de estarem rodeados por uma intensa mancha florestal, datando dos finais do séc. XIX a construção dos principais edifícios religiosos, fruto de um

vasto movimento de fervor religioso que caracterizou esse período, principalmente na região do Porto, Norte e Centro de Portugal (Dias, 2001). No entanto, no que toca ao património edificado, religioso e não religioso, encontram-se algumas diferenças entre eles, tanto ao nível dos templos, capelas, escadarias, como nos serviços de apoio, locais de comércio, hotelaria e lazer.

Em termos religiosos, estes santuários estão sob alçada da Arquidiocese de Braga, que confirma os membros eleitos pelas Mesas Regentes das confrarias e irmandades, entidades responsáveis pela sua gestão e organização. Cada confraria ou irmandade, com exceção da Irmandade da Penha, têm como presidente um Cônego nomeado pelas autoridades eclesiásticas. Apesar de existir uma relação informal entre as confrarias e irmandades

**Quadro 2** | Caracterização geral dos santuários quanto à localização, entidade responsável e recursos turístico/religiosos

	<b>Santuários</b>			
	<b>São Bento</b>	<b>Penha</b>	<b>Sameiro</b>	<b>Bom Jesus</b>
Localização	Terras de Bouro	Guimarães	Braga	Braga
Entidade Responsável	Irmandade de São Bento da Porta Aberta	Irmandade da Nossa Senhora da Penha	Confraria da Nossa Senhora do Sameiro	Confraria do Bom Jesus do Monte
Recursos turísticos/religiosos	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Templo</li> <li>– Cripta</li> <li>– Casa do Apostolado</li> <li>– Sala dos ex-votos</li> <li>– Comércio</li> <li>– Lago com barcos</li> <li>– Restauração</li> <li>– Estalagem</li> <li>– Parque de merendas</li> <li>– Inserção PNP</li> <li>– Serviços de apoio a peregrinos</li> <li>– Casa das Estampas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Templo</li> <li>– Capela</li> <li>– Teleférico</li> <li>– Grutas</li> <li>– Parque de campismo</li> <li>– Minigolfe</li> <li>– Restauração</li> <li>– Mini comboio</li> <li>– Parque da Penha</li> <li>– Percursos pedestres</li> <li>– Visitas guiadas</li> <li>– Centro de informação</li> <li>– Parque infantil</li> <li>– Casa das Estampas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Templo</li> <li>– Capelas</li> <li>– Museu</li> <li>– Hotel</li> <li>– Centro apostólico</li> <li>– Restauração</li> <li>– Comércio</li> <li>– Parque do Sameiro</li> <li>– Casa das Estampas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Templo</li> <li>– Capelas</li> <li>– Museu</li> <li>– Hotéis</li> <li>– Elevador</li> <li>– Centro de congressos</li> <li>– Restauração</li> <li>– Comércio</li> <li>– Mini comboio</li> <li>– Campo de ténis</li> <li>– Lago com barcos</li> <li>– Mata do Bom Jesus</li> <li>– Fotógrafo</li> <li>– Casa das Estampas</li> </ul>

Fonte: elaboração própria.

e as autoridades políticas locais, nomeadamente as Câmaras Municipais, os espaços dos santuários são geridos de modo independente, não existindo uma estratégia de integração dos santuários em planos de desenvolvimento local ou regional.

A gestão e organização não religiosa dos espaços santuários é da responsabilidade das confrarias e irmandades, que realizam uma gestão dirigida, essencialmente, para a manutenção e melhoria dos espaços. Nos últimos anos, principalmente nos santuários da Penha e do Bom Jesus, foram realizadas algumas parcerias com entidades políticas e empresariais com vista à realização de investimentos em estruturas de lazer, assim como relativos à exploração de equipamentos hoteleiros e de restauração.

### **5.1. Caracterização das atividades comerciais no santuário de São Bento da Porta Aberta**

No santuário de S. Bento, a par das estruturas religiosas, coexiste um elevado número de estabelecimentos comerciais divididos por vários ramos comerciais. A grande maioria destes estabelecimen-

tos encontra-se localizada no coração do santuário, no lado oposto aos edifícios com função religiosa, constituindo uma das características mais marcantes do santuário.

As lojas em alvenaria, pertencentes à Irmandade e entregues à exploração, foram construídas por finais dos anos 70, de forma a ordenar o comércio ambulante até então existente. Mais tarde, há cerca de uma década e meia, com o objetivo de dinamizar o emprego e apoiar os produtores locais foram construídas cerca de 20 lojas em madeira, as quais foram entregues à exploração, na sua maioria, por habitantes locais.

Das atividades comerciais existentes, destacam-se o ramo dos produtos alimentares locais, principalmente chás e mel, presente em 16 pequenas lojas de madeira, assim como as utilidades diversas, que se encontram em 13 lojas de maiores dimensões. As restantes atividades dividem-se por cafés/restaurantes, unidades de alojamento, padarias, frutarias, minimercado, artesanato, artigos religiosos, bijutaria e têxteis e calçado.

Neste santuário, a maioria dos estabelecimentos comerciais (73%) está aberta todos os dias ao

público apenas nos meses de Verão, entre junho e setembro, e aos fins-de-semana no resto do ano, com exceção de alguns períodos festivos como no período de Páscoa. Apenas alguns estabelecimentos comerciais estão abertos todo o ano, destacando-se a restauração e hotelaria, assim como aqueles que se dedicam à venda de utilidades diversas e produtos religiosos, como a “casa das estampas”.

Entre proprietários, familiares, funcionários sazonais e funcionários a tempo inteiro, as atividades comerciais empregam cerca de 141 pessoas. Cerca de metade dos estabelecimentos inquiridos estão há mais de 20 anos em atividade com o mesmo proprietário/arrendatário. Praticamente um quarto (26%) dos estabelecimentos alterou o seu ramo de atividade desde o início das atividades comerciais.

### **5.2. Caracterização das atividades comerciais no santuário da Nossa Senhora da Penha**

No santuário da Penha, encontramos perto de três dezenas de estabelecimentos comerciais, com um ramo de atividades bastante variado. A maior parte ocupa uma área comercial relativamente periférica em relação ao coração do santuário tendo, no entanto, sido construída de raiz há cerca de uma década, com a finalidade de substituir as barracas e tendas que até então proliferavam. Apenas os espaços de restauração, “casa de estampas” e o hotel apresentam uma localização mais central, junto à entrada principal do santuário. Todos os espaços comerciais do santuário pertencem à irmandade, com exceção das tendas itinerantes e do edifício onde se localiza a pensão e o café/restaurante, que são propriedade privada.

Apesar da existência de um número considerável de estabelecimentos comerciais, estes são marcados por uma profunda sazonalidade, já que a maioria, ou seja, as tendas, alguma restauração e os estabelecimentos comerciais, estão abertos apenas em agosto e nos domingos de Verão. Alguns estabelecimentos abrem também em alguns domingos ao longo do

ano, consoante o estado do tempo e a existência de festividades.

A atividade comercial ocupa cerca de 46 trabalhadores, em grande parte a tempo parcial, pois a maioria dos locatários tem outra atividade. Os estabelecimentos ligados à restauração são os únicos com ocupação laboral a tempo inteiro, frequentemente constituída pelo responsável principal e por familiares.

O ramo de atividades é bastante variado, dividindo-se entre a oferta hoteleira de baixa qualidade (uma pensão e um hotel de uma estrela), 4 cafés, sendo que um funciona em instalações amovíveis e apenas no Verão, dois restaurantes e várias lojas, que vendem artesanato, calçado, vestuário, para além de um centro medicinal, um estabelecimento de ferragens, e vários estabelecimentos que se dedicam à venda de utensílios/diversos. Todos os espaços comerciais do santuário pertencem à irmandade, com exceção das tendas itinerantes e do edifício onde se localiza a pensão e o café/restaurante, que são propriedade privada.

### **5.3. Caracterização das atividades comerciais no santuário da Nossa Senhora do Sameiro**

No santuário do Sameiro, a maioria dos espaços comerciais existentes encontra-se em locais periféricos e em condições bastante precárias, praticamente ao abandono. Estes espaços, nos quais não existe grande diversidade comercial para além da venda de utensílios/diversos, foram construídos há cerca de 15 anos, sendo constituídos por uma área com barracas de madeira e por outra onde se encontra um mini-centro comercial. As exceções são os restaurantes, casa das estampas e albergaria que se encontram no coração do santuário. Todos os estabelecimentos pertencem à irmandade e estão entregues à exploração, com exceção da “casa das estampas”.

O ramo de atividades é pouco variado, existindo apenas estabelecimentos de restauração, albergaria, “casa das estampas”, gelados, padarias/outros ali-

mentos e utensílios diversos.

Com exceção dos estabelecimentos comerciais situados no coração do santuário, todos os outros funcionam apenas aos domingos e no Verão, para além das datas festivas.

A maior parte dos estabelecimentos comerciais é explorado pelo arrendatário e familiares, e apenas no caso dos restaurantes e albergaria, existem funcionários contratados. Tal como nos restantes santuários, não existe qualquer regra emanada pela irmandade acerca da proveniência dos artigos de venda, existindo apenas uma regra em relação ao cumprimento do ramo de atividade ao qual cada estabelecimento está destinado.

#### 5.4. Caracterização das atividades comerciais no santuário do Bom Jesus de Braga

No santuário do Bom Jesus, a quantidade de espaços comerciais é bastante reduzida em comparação com os restantes santuários. Para além disso, apresenta características bastante diferenciadas, tais como um reduzido número de estabelecimentos de comércio a retalho, e a inexistência de um espaço marcadamente comercial, ao contrário dos restantes santuários em estudo, que apresentam espaços com essas características. Existem, no entanto, quatro unidades hoteleiras de qualidade superior, ao contrário do que sucede nos restantes santuários, onde a oferta hoteleira é bastante incipiente.

Para além da oferta hoteleira, existe também uma razoável oferta ao nível da restauração, na qual

para além dos restaurantes e bares inseridos nos hotéis, também se encontram mais três cafés/bar com esplanada. Quanto à venda a retalho, esta esgota-se na “casa das estampas” e em duas pequenas lojas de lembranças. Podemos encontrar ainda barracas de gelados e diversa venda ambulante, principalmente numa das entradas do santuário. No espaço exterior ao santuário, separados pela estrada nacional e pelos muros que delimitam o santuário, existe também um conjunto de unidades de restauração e outros estabelecimentos comerciais, venda ambulante, oferta de passeios de pónei assim como um hotel de média dimensão, mas que não pertencem ao santuário, nem têm qualquer relação oficial com a confraria.

Atualmente, está em curso no santuário um processo de reconversão da maioria das atividades comerciais, principalmente aquelas que estão ligadas à restauração e comércio.

No seguimento da política adotada pela confraria no que diz respeito à rentabilização dos espaços do santuário, esta entidade pretende alterar a exploração comercial, chamando a si a responsabilidade ou realizando novas parcerias no que diz respeito à gestão e exploração. Deste modo, a confraria pretende terminar com o simples aluguer dos espaços comerciais, de características de exploração tradicionais e orientadas a uma perspetiva de curto prazo. Ao realizar estas alterações, para além da realização de novas parcerias com entidades empresariais, a confraria aposta numa exploração mais sustentada, que faça parte de uma política global para a exploração comercial e empresarial do santuário.

**Quadro 3** | Tipos de estabelecimentos comerciais nos principais santuários do Noroeste de Portugal

Tipo de actividade comercial	Santuários			
	São Bento	Penha	Sameiro	Bom Jesus
Vendedores ambulantes	–	–	3	7
Lojas em Alvenaria	20	14	10	–
Barracas de madeira	23	–	19	7
Tendas	4	5	–	–
Estabelecimentos comerciais de média dimensão	5	6	4	6
Estabelecimentos de Hotelaria	3	2	1	4
Total	55	27	37	24

Fonte: elaboração própria.

Da análise do Quadro 3, constatamos que a maioria dos estabelecimentos comerciais existentes nos santuários são de pequenas dimensões, principalmente nos santuários de São Bento e do Sameiro, correspondendo, na sua maioria a lojas em alvenaria ou barracas de madeira. Os estabelecimentos comerciais de média dimensão e os estabelecimentos de hotelaria, apesar de se encontrarem presentes em todos os santuários, encontram-se em menor número relativamente aos estabelecimentos de pequena dimensão, os quais assumem, no entanto, a principal parcela das atividades económicas representadas.

## **6. Relação entre as entidades responsáveis pela gestão dos santuários e as atividades comerciais existentes nos santuários**

As atividades comerciais existentes nos santuários dividem-se em três tipos: aquelas que estão entregues à exploração por terceiros, outras que estão sob exploração direta e ainda as que são geridas em parceria.

As atividades entregues à exploração são, regra geral, pequenos estabelecimentos comerciais e espaços de restauração explorados por comerciantes que exercem a sua atividade desde a época anterior à construção das atuais instalações, principalmente no caso dos santuários do Sameiro, S. Bento e Penha. Apenas no santuário de S. Bento existe uma regra que impõe a venda de produtos com origem local, mas que se aplica apenas aos lojistas que exploram as barracas de madeira, que foram construídas no início dos anos 90.

De resto, em nenhum dos restantes santuários se verifica a existência de qualquer regra ou norma sobre a origem ou qualidade dos produtos, tendo os comerciantes apenas de cumprir a regra de vender artigos de acordo com o ramo de atividade. Da mesma forma, em nenhum santuário, com exceção dos hotéis do santuário do Bom Jesus, ou das “casas das

estampas”, os estabelecimentos comerciais disponibilizam informação turística ou religiosa, nem têm ao dispor dos clientes qualquer tipo de artigos religiosos diretamente relacionados com o próprio santuário.

O ramo de atividade mais frequente é o da venda de utensílios/diversos, no qual a maior parte dos lojistas vendem o mesmo tipo de produtos. Nos santuários de S. Bento, Bom Jesus e Sameiro, as respetivas “casas das estampas”, (estabelecimentos vocacionados para a venda de lembranças e artigos religiosos, e que normalmente ocupa um local privilegiado no seio dos santuários) são exploradas diretamente pelas confrarias e irmandades, com exceção do santuário da Penha, no qual a “Casa das Estampas” está entregue à exploração.

Com a exceção do santuário do Bom Jesus, que não possui espaço comercial diferenciado, os espaços comerciais dos santuários da Penha e do Sameiro são, na sua generalidade, pequenos, pouco apelativos e localizados em áreas relativamente periféricas. Apenas em S. Bento as lojas ocupam um espaço central, ainda que sejam pequenas, muito numerosas, pouco variadas e com reduzidas condições.

Para a grande maioria dos lojistas de todos os santuários, esta atividade representa um complemento à sua atividade profissional principal, funcionando principalmente em datas festivas, aos domingos durante os meses da Primavera e Verão, e em todo o mês de Agosto, com exceção do santuário de S. Bento, onde algumas lojas abrem em praticamente todos os fins-de-semana e nos meses de Julho e Agosto.

Quanto aos espaços de restauração, verifica-se também alguma sazonalidade relacionada com a atividade, embora esta seja menor que em relação ao restante comércio, pois alguns estabelecimentos estão abertos todo o ano, beneficiando da presença de visitantes que exercem funções no santuário, visitantes ocasionais e dos hóspedes dos estabelecimentos de hotelaria, principalmente no caso do santuário do Bom Jesus.

No caso das unidades de alojamento, apenas no santuário do Bom Jesus existe uma oferta de quali-

dade, materializada na existência de quatro hotéis, três classificados com quatro estrelas e um com três estrelas. Nos restantes santuários, a oferta hoteleira está confinada a uma unidade de alojamento por santuário.

Com exceção do santuário do Bom Jesus, dadas as características das atividades existentes, a relação das entidades responsáveis pela gestão dos santuários com as atividades comerciais limitam-se à cobrança das rendas, não tendo estas uma voz ativa no contexto das decisões que são tomadas relativamente ao santuário. Por outro lado, não existe nenhuma associação ou entidade similar que represente os lojistas e os faça representar junto das confrarias e irmandades.

Existem outras estruturas turísticas, como hotéis e o parque de congressos do santuário do Bom Jesus, que dada a necessidade de uma gestão e organização mais profissionalizada, são geridos em parcerias, detendo a Confraria do Bom Jesus um terço da sua exploração. Nos santuários do Sameiro, Penha e S. Bento, as unidades de alojamento e restauração estão apenas entregues à exploração mediante o pagamento de uma renda. No santuário da Penha, o teleférico, o parque de campismo e a minigolfe são geridos por uma empresa municipal.

## **7. Território e desenvolvimento: os santuários enquanto espaços de imobilidade e tradição**

A partir dos finais do séc. XIX, à medida que os cultos associados a estes locais se iam intensificando, os santuários foram-se consolidando enquanto objeto de fluxos religiosos, constituídos essencialmente por romarias e peregrinações realizadas em épocas tradicionalmente definidas no calendário religioso, dando também origem a um conjunto de atividades económicas e de lazer que foram crescendo em torno desses fluxos. Da mesma forma que a importância dos santuários e o seu reconhecimento

junto das populações enquanto locais religiosos e de lazer se ampliava, as entidades responsáveis pela sua gestão e organização, ou seja, as irmandades e confrarias, as quais incorporaram elementos laicos e religiosos, iam zelando pelos espaços dos santuários e melhorando as condições existentes.

Apesar da eminente vocação religiosa destes locais e tendo em conta que as instituições eclesíásticas mantiveram sempre uma posição de destaque na condução dos processos relacionados com a gestão e organização dos santuários, não é de somenos importância o papel dos elementos laicos pertencentes às respetivas confrarias e irmandades, os quais têm tido uma relevante quota-parte de responsabilidade na evolução que se tem verificado nos santuários, tanto em relação às suas atuais infraestruturas, como na sua relação com outras instituições, como autarquias ou entidades comerciais e empresariais.

Como resultado desta fusão entre a sociedade civil e as instituições eclesíásticas, as confrarias e irmandades foram cuidando de aumentar e dotar as áreas envolventes aos templos primitivos de todo um conjunto de melhoramentos e de infraestruturas de apoio, num processo que ainda continua a decorrer em todos os santuários, apesar de na atualidade a área dos santuários se encontrar já bastante consolidada.

Enquanto elementos de carácter vincadamente religioso, estes santuários foram representando no território uma função religiosa bem definida, marcando os ritmos das peregrinações e festividades religiosas, assumindo assim um importante papel no contexto sócio-religioso das populações do Noroeste de Portugal. Até às últimas décadas do séc. XX, os principais santuários mantiveram-se como locais de carácter essencialmente religioso, onde a função de lazer, apesar dos espaços verdes, não se encontrava consubstanciada de forma explícita, sendo as estruturas existentes para o efeito em número reduzido, essencialmente ligadas à restauração e hotelaria e com um período de funcionamento bastante sazonal.

Neste contexto, as confrarias e irmandades foram realizando uma gestão essencialmente vocacionada para a consolidação da área dos santuários

e para a dotação de infraestruturas e atividades de conservação, tendo a função religiosa como pano de fundo. Apesar de numa primeira fase as intervenções realizadas nos santuários privilegiarem as estruturas ligadas à religiosidade, como templos e capelas, existiu também uma preocupação de aumentar o bem-estar dos visitantes, proporcionando um espaço onde a função espiritual e o cumprimento das atividades religiosas se encontra umbilicalmente relacionado com a fruição dos tempos de lazer.

Esta preocupação em ir dotando os santuários de um conjunto de atrações ligadas ao lazer é resultado de uma estratégia que foi sendo aplicada pelas confrarias e irmandades no sentido aumentar a capacidade de atração, tendo em vista, como objetivo final, a possibilidade de aumentar a importância do santuário enquanto palco de eventos religiosos.

Apesar de, em termos gerais, as linhas orientadoras das confrarias e irmandades dedicarem uma especial atenção à melhoria das condições oferecidas aos visitantes e à necessidade de oferecer outros serviços para além da prestação dos serviços religiosos, a barreira da sazonalidade, inexoravelmente associada às datas festivas e às visitas de fim-de-semana, foi sempre de molde a obstar que florescesse nos santuários ou em seu redor, um conjunto de atividades de índole económica com influência no desenvolvimento do território envolvente.

Excessivamente dependentes das épocas festivas, do amadorismo e voluntarismo dos membros das confrarias e irmandades, da subordinação ao poder eclesiástico e da omissão de intervenção por parte do poder político, ao que se soma ainda um conjunto de atividades comerciais e empresariais de cariz familiar, tradicional, avessa à mudança e não tendo qualquer tipo de rede comercial ou empresarial com o exterior, os santuários, apesar dos elevados fluxos de visitantes e não obstante a sua importância enquanto elementos centrais da religiosidade no Noroeste de Portugal, não se constituíram ao longo destes anos, de forma evidente, como focos de desenvolvimento capazes de potenciar no território envolvente outras atividades para além da função religiosa.

Apesar da existência de importantes fluxos de visitantes, a maioria das atividades económicas que se foram desenvolvendo são fruto de ações isoladas e de carácter sazonal, representando um impacto reduzido nas populações locais, tanto ao nível da criação de emprego e dinamização dos produtos locais, como no fortalecimento da economia local e regional. Na sua maioria, essas atividades evoluíram da necessidade de regular a venda ambulante, dando origem a espaços comerciais fixos, mas na maior parte dos casos relegados para áreas mais periféricas e sem grande visibilidade.

Mesmo as atividades comerciais ou empresariais exteriores ao santuário, mas que têm mantido algum tipo de relação com estes, tal como promotores de viagens ou empresas de transportes, foram exercendo as suas atividades de forma isolada, fruto da iniciativa individual e não de uma estratégia global entre os vários intervenientes.

Para que os santuários se descolassem do seu papel maioritariamente religioso e surgissem como elementos capazes de agregar uma dinâmica socioeconómica de relevo no seio do território envolvente, seria necessária uma atuação conjunta das autoridades laicas e eclesiásticas de forma a delinear um conjunto de ações rumo ao cumprimento desse objetivo, possibilitando assim a dinamização dos produtores locais, favorecendo o aparecimento de pequenas empresas e a criação de empregos.

De facto, apesar de ser inegável um envolvimento da sociedade laica em todo o crescimento e desenvolvimento dos santuários, este envolvimento foi, na maior parte das vezes, realizado a título individual por um punhado de membros de natureza mais dinâmica, que muitas vezes impelidos por valores espirituais e religiosos disponibilizaram o seu esforço em prol dos santuários.

As organizações administrativas da sociedade laica, como as autarquias e o restante poder político, mantiveram sempre uma considerável distância institucional em relação à gestão e organização dos santuários. Da mesma forma que se verifica essa distância institucional, coexiste uma aproximação

informal entre as autoridades laicas e eclesiásticas, a qual se por um lado facilita uma rápida decisão e resolução de todo um conjunto de assuntos de interesse comum, por outro lado impede um verdadeiro comprometimento no sentido de delinear estratégias que visem alcançar outros objetivos para além daquilo que tem sido o papel dos santuários no território.

## 8. Santuários, o sagrado em mudança

Desde a última década e em particular nos últimos cinco anos, têm-se registado algumas alterações em relação àquelas que têm sido as principais estratégias de atuação por parte das entidades diretamente responsáveis pela gestão e organização dos santuários. As confrarias e irmandades começam assim a assumir maior tendência para uma postura de natureza empresarial nas principais linhas orientadoras dos espaços dos santuários no sentido de os rentabilizarem e promoverem, realizando também de forma pontual parcerias com outras instituições políticas e empresariais.

Subjacente a estas recentes dinâmicas de gestão e organização dos santuários encontramos um conjunto de fatores, como o incremento do transporte individual, o advento das novas tecnologias de informação, a modificação dos hábitos de consumo e lazer, a alteração na padronização temporal dos períodos de férias e de lazer, a concorrência de outros espaços religiosos e de lazer, assim como o surgimento de iniciativas empresariais com vista ao aproveitamento dos espaços dos santuários.

Este conjunto de fatores, ao contribuir para alterar os tradicionais padrões de visita aos santuários, está na origem da necessidade sentida por parte das estruturas responsáveis de modificar algumas das suas linhas de conduta relativamente à forma de gestão dos santuários. Para além disso, estes fatores são também responsáveis pela progressiva modificação nas relações que os santuários estabelecem

com o território envolvente, tal como a alteração dos tradicionais fluxos de peregrinação e a reorganização das dinâmicas comerciais/empresariais em torno dos santuários.

Até um passado recente, as questões religiosas assumiam um plano superior, relegando para um plano inferior as questões mais ligadas à gestão das atividades económicas, as quais foram sendo entregues à exploração por terceiros, sem preocupações ou exigências que não iam muito para além do pagamento de uma quantia anual. As entidades responsáveis pelos santuários foram-se preocupando acima de tudo em melhorar as condições no sentido de satisfazer as exigências tradicionais dos visitantes, tais como parques de estacionamento, arranjos urbanísticos, parques de merendas, estruturas sanitárias, entre outros.

No entanto, com a diversificação dos motivos de visita e as alterações nos hábitos dos visitantes, que se refletem na diminuição do fenómeno da sazonalidade e em alguns casos na diminuição do tempo de permanência no santuário, surgiu a necessidade de disponibilizar outros serviços que correspondam a essa multiplicidade de visitantes, tais como o aumento da qualidade e variedade das estruturas de lazer ou a disponibilização de serviços de apoio específicos, como visitas guiadas. Estas respostas dão origem à necessidade de uma maior profissionalização dos agentes intervenientes, assim como de readaptação das estruturas comerciais tradicionais existentes.

Com exceção dos ramos da hotelaria e restauração, as atividades comerciais e empresariais em atividade nos santuários apresentam tradicionalmente estruturas não profissionalizadas, que se limitam a aproveitar os fluxos de visitantes nas épocas festivas, fins-de-semana e períodos de férias. Com a diversificação das características dos visitantes, a diminuição dos peregrinos a pé, a diminuição do tempo de permanência no santuário e principalmente a procura de funções de lazer diversificadas, têm-se verificado algumas modificações nas estruturas comerciais e empresariais no sentido de apresentarem respostas face a essas alterações.

Estas respostas não se cingem apenas às atividades realizadas no espaço dos santuários, pois também se verifica uma tendência para alargar o seu raio de ação para além do espaço religioso, integrando-o em estruturas organizadas de promoção ou realizando parcerias de exploração com entidades seculares, originando novas formas de gestão direcionadas para a rentabilização das diferentes valências, as quais estão na base de algumas das transformações anteriormente referidas, assim como no aparecimento de iniciativas de carácter empresarial.

São disso exemplo, ainda que pouco representativas, algumas estruturas empresariais ou associativas que dão os primeiros passos no sentido de se organizarem em torno da oferta de serviços de apoio aos peregrinos a pé, ora disponibilizando um programa completo, ora oferecendo determinados serviços de apoio ao longo do percurso. À medida que se confirme um aumento na procura deste tipo de serviços, será de prever a sua influência tanto nas alterações das tradicionais formas de deslocação como nas próprias rotas de peregrinação.

Face a esta realidade, a maioria das unidades comerciais tradicionais existentes nos santuários depara-se com a necessidade de proceder a alterações no seu modo de funcionamento, nomeadamente no que diz respeito aos períodos de funcionamento e à variedade e qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Da mesma forma, existe também uma necessidade dessas unidades se organizarem juntamente com os restantes intervenientes no santuário em torno de uma estratégia comum de promoção e regulamentação das atividades.

Estas alterações traduzem-se em alguns santuários, como a Penha ou o Bom Jesus, numa clara aposta por parte das confrarias e irmandades no sentido de potenciar os recursos existentes, dinamizando outras funções que não religiosas, assim como pela rentabilização da própria função religiosa, explorando algumas das vertentes que direta ou indiretamente lhe estão associadas, tais como a disponibilização de serviços de apoio às celebrações religiosas, ou o

“merchandising” religioso. Não sendo um processo fácil, apresenta vários obstáculos, nomeadamente a dificuldade em alterar o próprio espaço religioso, pela percepção de espaço sagrado que lhe está associada, traduzido tanto pela resistência das entidades eclesiais em relação ao crescimento das funções não religiosas no espaço dos santuários, como pelo carácter voluntarioso e não profissional das estruturas responsáveis pela gestão dos santuários.

Em santuários como o Bom Jesus e a Penha, estas alterações no espaço religiosos são mais notórias e resultam de vários fatores. No santuário do Bom Jesus têm origem na necessidade de compensar a ausência de uma tradição de culto mais enraizada, como aquela que existe nos santuários devotos ao culto mariano. Por este motivo, existe por parte da Confraria do Bom Jesus uma maior consciencialização para a necessidade de rentabilização dos recursos turísticos religiosos e não religiosos do santuário, potencializando a proximidade à cidade de Braga.

Já o santuário da Penha, apesar de estar associado à devoção ao culto mariano, com enraizadas tradições populares, o fenómeno da sazonalidade é bastante significativo, principalmente se compararmos as datas com maior significado religioso, como celebrações dominicais e datas festivas, com as restantes épocas do ano.

Este santuário apresenta também um menor poder de atracção em comparação aos restantes santuários em análise, principalmente aos mais próximos, como o Bom Jesus e o Sameiro, situação esta ao qual não será alheia a proximidade, tanto daqueles santuários como também do santuário de S. Torcato, para além dos parques de lazer que existem na cidade de Guimarães.

No sentido de aumentar o número de visitantes e diminuir os efeitos da sazonalidade, a Irmandade da Penha procura potencializar os seus recursos turísticos religiosos e não religiosos, assumindo claramente uma aposta na sua exploração comercial. Esta aposta é traduzida na variedade de serviços disponibilizados, no investimento realizado em obras de beneficiação e na promoção turística, assim como

as parcerias realizadas com a Câmara Municipal de Guimarães para exploração do parque de campismo e do teleférico, e a integração numa entidade de promoção e divulgação do turismo religioso e cultural – Turel.

No santuário de S. Bento, apesar de beneficiar de uma tradição de visita bastante enraizada, resultante de forte devoção popular ao seu santo padroeiro e da proximidade ao Parque Nacional Peneda Gerês, a aposta na função de lazer é mais moderada do que nos santuários da Penha ou Bom Jesus. Assim, ainda que de um modo não tão explícito como nesses santuários, a função de lazer no santuário de S. Bento encontra-se presente de uma forma muito significativa, quer através da parceria com a Turel, quer através da existência de um número elevado de atividades comerciais no seio do espaço religioso. Estas atividades comerciais, pela quantidade, visibilidade e ocupação de espaço, concorrem com a função religiosa, pese embora podermos afirmar que existe uma relação de complementaridade entre ambas.

No caso do santuário do Sameiro, não se verifica uma necessidade objetiva de potenciar outras funções para além da função religiosa, beneficiando este santuário de um importante património religioso edificado, de uma forte tradição de devoção mariana, assim como a inserção numa área de grande beleza natural. De qualquer forma, apesar de registar uma grande afluência de visitantes por motivos religiosos, o santuário do Sameiro também oferece outros atrativos ligados à função do lazer, como o comércio, restauração e hotelaria. No entanto, as atividades ligadas ao comércio a retalho apresentam uma importância menor no contexto do santuário, tanto ao nível da sua visibilidade como no que concerne ao espaço ocupado.

Os santuários, ao procurarem potenciar o espaço religioso, disponibilizam ao visitante outras funções para além da função religiosa, originando assim espaços mistos onde está bem patente o binómio religião/lazer, especialmente nos santuários da Penha, S. Bento e Bom Jesus e de forma mais contida no santuário do Sameiro.

## 9. Conclusão

Os principais santuários do Noroeste de Portugal encontram-se num momento decisivo quanto à redefinição do seu papel enquanto elementos potencializadores do desenvolvimento do território. Durante muitos anos, estes espaços religiosos estiveram fechados sobre si mesmos, quer por ausência de uma ação dinâmica, quer simplesmente por não existir uma necessidade premente por parte das estruturas de gestão de alterar o estado vigente, mantendo-se as tradicionais formas de gestão, orientadas essencialmente para a manutenção e melhoria das valências do santuário, sem grandes alterações de ordem estratégica.

Atualmente, acompanhando o conjunto de alterações socioeconómicas que se verificam na sociedade atual, as estruturas de gestão dos santuários têm procedido a importantes decisões, ainda que de forma pontual, promovendo parcerias com entidades públicas e privadas, destacando-se neste contexto os santuários do Bom Jesus e da Penha, com a exploração conjunta, segundo uma lógica empresarial, de algumas das suas estruturas de hotelaria e lazer.

Apesar dessas alterações pontuais que têm surgido com vista à dinamização económica das estruturas de lazer e religiosas existentes nos santuários, continua a não existir qualquer plano conjunto que delimite as estratégias e objetivos dos santuários para os anos vindouros. A integração dos santuários numa cooperativa de promoção e dinamização do turismo religioso e cultural constituiu um bom exemplo de um passo concreto realizado no sentido de promover uma estratégia conjunta que englobasse as entidades responsáveis e o poder político local. De qualquer modo, e não deixando de realçar a importância da criação dessa cooperativa, será necessário um envolvimento muito mais abrangente entre o poder eclesástico, o poder local e os agentes económicos, para que os principais santuários do Noroeste de Portugal se possam afirmar, no seu conjunto, como estruturas capazes de promoverem o desenvolvimento da economia local.

Deste modo, ao abordar a questão da potencialidade dos santuários enquanto elementos promotores de desenvolvimento, importa referir que as entidades eclesíásticas responsáveis pelos santuários mantiveram alguma resistência e em relação às modificações que possam ser introduzidas nos santuários. Esta resistência advém do facto de existir um natural receio que possa acontecer um desvirtuamento mais acentuado em relação à função religiosa, explicando-se a tolerância em relação às estruturas de lazer pela sua importância enquanto elementos capazes de contribuir para o aumento da capacidade de atração de visitantes, e o consequente aumento das fontes de receita, no sentido de potenciar, como objetivo último, a função religiosa. Esta aparente contradição resulta da necessidade de obter fontes de financiamento que permitam manter estes espaços enquanto referências da religiosidade popular.

Da mesma forma, o poder político nunca interveio nos espaços dos santuários sem o consentimento das autoridades eclesíásticas, partindo sempre destas a iniciativa de proceder a quaisquer alterações. Esta relutância por parte do poder eclesíástico na realização de parcerias com entidades políticas ou empresariais resulta da pretensão em manter os santuários como locais de vocação eminentemente religiosa. Por outro lado, as confrarias e irmandades preocupam-se fundamentalmente em angariar receitas que lhes permitam gerir os espaços e fazer face às despesas correntes, zelar pelo bem-estar dos visitantes e pela manutenção da essência religiosa dos santuários, sendo esses os seus objetivos primordiais.

Neste sentido, as confrarias e irmandades apenas realizaram parcerias com entidades públicas ou privadas quando, por razões de carácter empresarial, tais parcerias se mostram indispensáveis, como nos santuários do Bom Jesus e da Penha, como a exploração das unidades hoteleiras e de restauração ou outras, como o teleférico. A única parceria realizada entre os santuários, estruturas empresariais e instituições políticas, em forma de cooperativa, tem como objetivo fundamental a promoção do turismo

religioso e cultural, indo ao encontro da pretensão das autoridades eclesíásticas na salvaguarda dos santuários enquanto espaço essencialmente de características religiosas e espirituais.

Importa por fim referir, que a não ser que se verifique um inopinado conjunto de ações por parte de todos dos agentes envolvidos, não se preveem grandes alterações ao nível daquilo que tem sido o seu papel enquanto potencializadores de desenvolvimento, pois embora não seja descabido afirmar que os santuários apresentam um conjunto de características que os tornam como potenciais elementos de dinamização socioeconómica, também é inegável que dadas as suas características muito particulares enquanto estruturas religiosas e de lazer, qualquer intervenção no sentido de aproveitar essa potencialidade em prol da dinamização económica do território envolvente exige uma capacidade de intervenção bastante delicada, isto é, que seja capaz de manter o equilíbrio entre as sensibilidades políticas, económicas e religiosas, razão esta por si só suficientemente demonstrativa das dificuldades que tal ação acarreta e mesmo tempo justificativa das lentas alterações que vão acontecendo no espaço religioso.

## Bibliografia

- Batista, M., 1990, *O turismo na economia – uma abordagem técnica, económica, social e cultural*, Instituto Nacional de Formação Turística, Lisboa.
- Cunha, L., 1997, *Economia e Política do Turismo*, McGraw-Hill, Lisboa.
- Dias, G., 2001, *O culto popular de S.Bento*, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, [<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2239.pdf>], (Site acedido em 12 fevereiro 2009).
- Figuerola, M., 1985, *Elementos para el estudio de la empresa turística*, Ed. Síntesis, Madrid.
- Goded, M., 1998, *El impacto del turismo sobre el desarrollo económico: el caso de Argentina*, Tese de Doutoramento em Economía Internacional y Desarrollo – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.
- Guimont, D., 1997, *Quand les Lieux de Pelerinage s'Ouvrent au Tourism*, *Teoros*, Vol. 16(2), pp. 30-33.
- Hiernaux, D., 1996, *Elementos para un análisis sociogeográfico del turismo*, en Rodríguez Adyr A. (org.), *Turismo e Geografía, Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*, São Paulo, Hucitec, pp. 39-54.

- Jackowski, A., 2000, Religious Tourism – Problems with Terminology, *Peregrinus Cracoviensis*, N°10, pp. 63-74.
- Nolan, M., e Nolan, S., 1989, *Christian Pilgrimage in Modern Western Europe*, The University of North Carolina, Chappel Hill.
- Nolan, M., e Nolan, S., 1992a, Religious Sites as Tourism Attractions in Europe, *Annals of Tourism Research*, N°19, pp. 68-78.
- Nolan, M., e Nolan, S., 1992b, *Location and environment shines as holy places, Christian Pilgrimage in Modern Western Europe*, The University of North Carolina, Chapel Hill.
- Padin, C., 2004, *El desarrollo endógeno local. Estudio de la actividad turística como forma de aprovechamiento de los recursos: aplicación al caso del Baixo Miño*, Tese de Doutoramento não publicada, Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Vigo, Vigo.
- Pardellas, X., e Padin, C., 2004, La planificación turística sostenible: un análisis aplicado al municipio de Caldas de Reis, *Revista Galega de Economía*, Vol. 13, N.º 1-2, pp. 1-18.
- Santos, M., 2004, *Espiritualidade e Território: Estudo Geográfico de Fátima*, Tese de Doutoramento, Coimbra.
- Torres, E., 2003, Una aproximación a la sostenibilidad económica en los procesos de desarrollo turístico, in L. Valdés e J. M. Pérez [Org.], *Experiencias públicas y privadas en el desarrollo de un modelo de turismo sostenible*, Fundación Universidad de Oviedo, Oviedo.
- Vareiro, L., 2007, *Turismo como estratégia integradora dos recursos locais: o caso da NUT III MINHO-LIMA*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Vera, F., 1997, *Análisis territorial del turismo*, Ariel, Barcelona.
- Vukonić, B., 1996, *Tourism and Religion*, Pergamon, Wiltshire.